

HABEAS CORPUS Nº 485.481 - GO (2018/0340954-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DANYELLA ALVES DE FREITAS E OUTRO
ADVOGADOS : DANYELLA ALVES DE FREITAS - GO020371
 GENEZY ALVES DE OLIVEIRA - GO015482
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : UEIGNA LORRANA MORAES RODRIGUES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. MATERNIDADE. ALEGADA RESPONSABILIDADE PELA SUBSISTÊNCIA DE DUAS CRIANÇAS. EXPEDIÇÃO SUPERVENIENTE DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de UEIGNA LORRANA MORAES RODRIGUES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no julgamento do HC n.º 5433473.68.2018.8.09.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada, em 14/06/2018, à pena privativa de liberdade de 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 610 (seiscentos e dez) dias-multa, pela prática dos ilícitos tipificados no art. 33, *caput*, e no art. 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006, pois, em coautoria, manteve em depósito 04 porções de cocaína (5,264 gramas) e 03 porções da maconha (26,106 gramas), para fins de comércio. O Juízo sentenciante concedeu-lhe o direito de apelar em liberdade.

Em 19/07/2018, o Juízo singular atendeu o pedido do Ministério Público de decretação da prisão preventiva da Paciente "*em razão da reiteração criminosa e para garantir a ordem pública, pois esta praticou novo crime após a concessão da liberdade provisória*" (fl. 376).

Neste writ, a Defesa sustenta que "*a Paciente é lactante, tendo dado a luz a uma criança em 02 de janeiro de 2018 e outra filha menor [...], nascida em 28 de agosto de 2013*" (fl. 04); "*que é a principal responsável pela subsistência de suas filhas menores e ainda está amamentando*" (fl. 06); e que, em razão disso, faz jus à prisão

domiciliar.

Requer, em medida liminar, a concessão do direito à "*prisão domiciliar, nos dois processos, um processo que está em fase de apelação de n.º 201701844367 e o outro de n.º 201800749940 está concluso, desde 26/11/2018, fase das alegações finais*" (fl. 27).

O pedido liminar foi apreciado e indeferido às fls. 429-430.

O Juízo da Execução e o Tribunal estadual prestaram informações importantes à instrução do feito, respectivamente, às fls. 44 e 433-440.

Às fls. 448-449, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou pela sua prejudicialidade.

É o relatório inicial.

Das informações prestadas pelo Tribunal estadual, verifico a superveniência de decisões que vão ao encontro do pleito da Paciente, tanto na ação n.º **201701844367** quanto na de n.º **201800749940**.

Segundo consta, no processo criminal n.º **201701844367**, no qual a Paciente foi condenada a 09 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 610 dias-multa, "*pelo cometimento dos ilícitos penais de tráfico de drogas e associação (arts. 33 e 35, Lei 11.343/06), lhe foi reconhecido o direito de recorrer em liberdade*" (fl. 437; sem grifos no original).

Ainda, segundo tais notícias, verifico que na ação de n.º **201800749940**, na qual a Paciente havia sido presa em flagrante, com posterior conversão em preventiva, pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, a **Corte de origem substituiu "*o encarceramento antecipado da paciente por prisão domiciliar*"** (fl. 437; sem grifos no original).

Por tal razão, fica superada a análise das teses constantes no presente *writ*, que se insurgia contra o referido aresto, conforme jurisprudência desta Corte:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME PREVISTO NO ART. 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. CONSENTIMENTO EXPRESSO. ART. 5.º, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO. PLEITO PREJUDICADO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, DENEGADO.

1. De acordo com o art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal, o consentimento do morador é uma das hipóteses que excepcionam a regra da inviolabilidade do domicílio. No caso, o Tribunal de origem afirmou que o Paciente autorizou a entrada dos policiais militares em sua residência.

2. O pleito de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado, pela perda superveniente do objeto, tendo em vista que foi expedido alvará de soltura em favor do Réu.

3. Ordem de habeas corpus prejudicada, em parte, e, no mais, denegada." (HC 440.578/SP, Sexta Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 11/10/2018; sem grifos no original.)

Portanto, constato a superveniente perda de objeto desta ação constitucional.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora